

CPI vai começar investigação do Executivo

Orcamento

■ Parlamentares acreditam em conivência de funcionários responsáveis nos ministérios por distribuição de recursos do Orçamento

FELIPE PATURY

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento começa sua quarta semana de investigações, a partir de hoje, voltando-se para o Executivo. Os parlamentares suspeitam de envolvimento de funcionários do governo no esquema de corrupção que desviou grande parte das verbas públicas nos últimos cinco anos. "A próxima semana será do Executivo", definiu um dos mais atuantes deputados da comissão.

Integrantes da CPI se deram conta de que o esquema de corrupção no Orçamento não poderia existir sem a conivência de aqueles funcionários que, nos ministérios, são os responsáveis pela distribuição dos recursos, os chamados ordenadores de despesas. "As empreiteiras e outras prestadoras de serviços que vivem dos trabalhos que prestam ao governo se dispõem a pagar *pedágios* a cada etapa da liberação das verbas. É assim que se alimenta uma sofisticada rede de corrupção", revela um ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda. O mesmo acontece com as verbas que não são para empreiteiras mas despertam o interesse dos parlamentares, como vem mostrando a CPI do Orçamento.

Legislativo — Isto não significa que a CPI já considere concluído o trabalho no que diz respeito à investigação do Legislativo, mas acredita que boa parte dele já andou e o restante dependerá basicamente do cruzamento de dados fornecidos pelo Banco Central. Não se afasta, também, a hipótese de um dos parlamentares envolvidos no esquema de corrupção denunciar seus companheiros nas fraudes, criando assim uma prova testemunhal que venha a eliminar vários passos da investigação. Um exemplo, por exemplo, é o deputado João Alves (PPR-BA), considerado o líder das falcaturas, entregar à CPI as provas e os envolvidos tão logo se considere cassado.

"É só o primeiro acusado começar a abrir as informações que fechamos", avalia um dos parlamentares da CPI. Na interpretação da CPI, boa parte dos denunciados já pode dar como encerrada sua carreira política. Além de enfrentarem a rejeição do eleitorado, eles não contarão mais com o apoio político.

Ibsen — Embora a CPI não tenha poderes para aplicar penalidades, um dos mais influentes membros da comissão acredita que os três cheques no valor global de US\$ 51 mil recebidos pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) e a movimentação de mais de US\$ 1 milhão em suas contas bancárias nos últimos quatro anos são elementos suficientes para liquidar sua carreira política. Além disso, no final de semana, a comissão recebeu 30 novos volumes de documentos do Banco Central, boa parte deles referentes às contas bancárias do deputado gaúcho.

No caso do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-ministro da Ação Social, há uma tese dominante entre os integrantes da CPI sobre a dificuldade de encontrar documentos bancários que o comprometam. Para esses parlamentares, Fiúza não teria se beneficiado diretamente das propinas do Orçamento. Seu dinheiro teria outra origem, e ele teve respostas para explicar tudo sobre a elaboração do Orçamento quando foi relator.

'Lavagem' — Mas esta opinião não é unânime. O coordenador da Subcomissão de Assuntos Patrimoniais, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), por exemplo, aposta que poderá comprovar o envolvimento do ex-ministro em lavagem de dinheiro em projetos da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Bisol está certo de que Fiúza assumiu projetos fracassados financiados pela Sudene a preços subfaturados. Segundo o senador, a diferença entre o valor do projeto fracassado e o seu financiamento foi maneira que o deputado pernambucano encontrou para esquentar o dinheiro de propinas.



Rolemberg, Bisol, Carrion e Sigmaringa na reunião da Subcomissão de Patrimônio no Prodasem